

Sou quem sou, porque me lembro quem sou, Mas, também, porque se lembram de mim

Nina Cozzolino



O interesse pelo tema da memória coletiva e envelhecimento decorre de uma vivência pessoal com um familiar que sofre com a Doença de Alzheimer. A partir da vivência próxima da doença e o acompanhamento da constante progressão da enfermidade, algumas questões surgiram: Quem é que se apresenta após tamanha degeneração orgânica e psíquica? O que fica e o que se perde deste sujeito? A memória é apenas individual? É possível lembrar pelo outro? As perguntas são diversas e as respostas infinitas, entretanto, o presente trabalho dispõe-se a compreender apenas a construção subjetiva através do compartilhamento e cultivo da memória coletiva a respeito deste sujeito que envelhece, e perde progressivamente o acesso a sua memória individual.

A temática se mostra relevante na medida em que, de acordo com Gonçalves (2012), há poucos estudos no Brasil sobre a relação da memória coletiva com o processo de subjetificação daqueles que perderam a memória decorrente da Doença de Alzheimer. Nesse sentido, busca-se aqui compreender a importância da memória coletiva na construção subjetiva do sujeito que perdeu a memória em um processo de envelhecimento e demência por Doença de Alzheimer, a mais comum do mundo segundo a Organização Mundial de Saúde (2020).

É dever da Psicologia olhar para a relação da Memória Coletiva com a Doença de Alzheimer, de forma a cultivar a produção de memórias e narrativas coletivas acerca do sujeito que se esquece. O investimento nessa prática tem efeitos terapêuticos para os cuidadores e para aquele que é acometido pela doença. Afinal, é possível ser mesmo quando não se lembra de quem é, basta que haja outras pessoas significativas ao redor que continuem a lembrar-se.

A Memória Coletiva e o Envelhecimento

A memória coletiva se constitui como um conceito essencial para a discussão a respeito da constituição do sujeito que perdeu seu acesso à memória num processo de demência como o Alzheimer. O filósofo francês Maurice Halbwachs (1990) compreende a memória como algo que não depende apenas do sujeito que lembra, mas também se configura dentro dos grupos, do coletivo. É nos contextos sociais que a memória ganha materialidade, pois deixa de se relacionar apenas com aspectos orgânicos do indivíduo e passa a se relacionar com o tempo, o espaço e com os

outros, aspectos que garantem à memória dimensões relacionais, temporais e espaciais.

As lembranças, portanto, retomam relações sociais construídas a partir de noções compartilhadas, e não simplesmente ideias ou sentimentos isolados. Para o autor, a memória seria um trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os contextos sociais nos quais as lembranças podem permanecer e articular-se entre si.

Oliveira e Bertoni (2019) discorrem sobre o pensamento halbwachiano e expõem a importância das relações sociais no processo de desencadeamento de memória e rememoração. É no meio social que a vida acontece, portanto é aí também que os fatos e acontecimentos vividos são potencializados e ganham a possibilidade de recordação e reconstituição. De acordo com o pensamento de Halbwachs, nem mesmo a memória individual é desprovida de qualidades da memória coletiva, a primeira seria inclusive um ponto de vista sobre a segunda. É por isso que os relatos de memória nunca serão únicos ou universais, a maneira como as lembranças são revisitadas depende do lugar da vivência e das relações estabelecidas com essa recordação. Neste sentido, a memória, individual ou coletiva, será sempre constantemente mutável.

Em sua Teoria da Memória Coletiva, Halbwachs também dá grande ênfase à dimensão espacial da memória. Ou seja, o espaço geográfico funciona como referencial da memória individual e coletiva. A materialidade das práticas grupais encontra concretude no ambiente, as ações sociais ganham ordenamento no espaço, e este é afetado e afeta os grupos, conseqüentemente, esta dialética também pode traduzir-se no movimento da memória coletiva.

Levando em conta a ideia da coletividade do conceito, considerar o grupo no qual a memória se constitui se faz preciso. Toda memória coletiva se desenvolve a partir de um grupo de referência, o qual o indivíduo já fez parte ou estabeleceu uma identificação, este grupo é necessariamente afetivo e exerce a função de testemunha e intérprete das experiências em comum.

Na produção da memória coletiva é necessário que haja uma relação consensual de suspensão dos aspectos mnemônicos divergentes. Ou seja, é preciso que os participantes do grupo acordem com uma narrativa comum que será construída e potencializada a partir do que é único e diverso de cada integrante do grupo. Oliveira e Bertoni apresentam a memória coletiva como *“uma relação em que o uno se manifesta no diverso”*. Sendo assim é reafirmado o elemento de (re)construção coletiva de um passado que foi elaborado grupalmente e se perpetua no presente por meio das relações dos sujeitos com os grupos afetivos.

Um conjunto de lembranças, uma memória, seria a construção social do grupo em que o sujeito vive, somado a elementos de escolha e rejeição ao que será lembrado. Contudo, o grupo não precisa estar sempre presente para a memória se desenvolver. Schmidt e Mahfoud (1993) assinalam que *“a vitalidade das relações sociais do grupo dá vitalidade às imagens, que constituem a lembrança”*. Portanto, a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo e está sempre inserida num contexto social preciso”. Isto significa que é o afeto que sustenta a presença, e o não o oposto.

A permanência do apego afetivo na comunidade é o que dá consistência às lembranças; em contrapartida, o desapego se conecta ao esquecimento. No desapego não há lembrança, não há reconhecimento, presentificação ou memória. Halbwachs assinala que *“esquecer um período de sua vida é perder contato com aqueles que então nos rodearam”*. Assim sendo, rememorar acaba por depender do tecido social então presente no discurso.

A dificuldade do trabalho com a memória reside, porém, em sua volatilidade e subjetividade, afinal, a memória se funda também a partir de uma construção do tempo, e não há nada que seja tão móvel e fluido quanto o tempo. Ele não flui de forma uniforme e não é o mesmo para todos. Cada classe social, cada sociedade, cada geração e cada sujeito vive o tempo de forma exclusivamente única. Esta constatação faz do tempo um objeto praticamente impossível de ser acessado em sua plenitude, é tão inviável apreendê-lo como é inviável apreender a subjetividade do outro.

Ecléa Bosi em seu livro *“Memória e Sociedade: lembrança de velhos”* (1979) descreve a memória como um *“trabalho sobre o tempo e no tempo”*, trazendo, portanto, uma dimensão diferente para este tema, a memória não é apenas um recurso humano, mas também um trabalho humano, algo que se desdobra e se estabelece em uma tríade *“memória-trabalho-velhice”*.

Quando a autora articula esta ideia da memória como um trabalho da velhice, ela também sustenta a importância de que a memória e o envelhecimento sejam aspectos que caminhem juntos. Bosi conclui que a função social do velho é unir o começo e o fim, ligando o que foi e o por vir, isso tudo a partir do ato de lembrar. Assim dizendo, os velhos seriam a essência da cultura, da história humana, o ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara.

Por outro lado, na sociedade capitalista a lembrança dos velhos é impedida, desvalorizada, há somente a busca pelo braço servil e a recusa de todo e qualquer conselho advindo deste grupo. Dessa forma, a opressão à velhice se dá a partir da expropriação do direito à memória e sua consequente produção prematura da senilidade. Retira-se do sujeito o direito de lembrar e compartilhar sua história, ao mesmo tempo que se retira do sujeito o direito de ser, existir.

Se a teoria de Bosi for transportada para os tempos atuais, a questão que surge é: ainda faz sentido valorizar a memória como o trabalho do velho? O desenvolvimento exponencial de tecnologias na contemporaneidade retira a importância da memória, não apenas para o velho, mas talvez para toda a sociedade. De que serve um sujeito, ou um coletivo, investir no trabalho da memória se há dispositivos eletrônicos que podem desenvolver essa mesma função sem o risco de esquecimento? Estas questões podem trazer confusão se pensarmos na memória como um mecanismo de depósito de lembranças, como se configura uma nuvem virtual, por exemplo, porém, é importante reforçar que a memória descrita neste estudo é aquela que é constitutiva do sujeito, que torna capaz a construção da subjetividade e dos discursos e narrativas acerca de si e dos outros.

Valorizar a memória ainda se apresenta como uma atividade essencial, ela não apenas reconstitui o sujeito como ele é, como também fortalece os laços do coletivo,

desenvolvendo potência grupal e até possibilidades de restituição da figura laboriosa da velhice. A valorização da memória, coletiva ou individual, tem o poder de reconhecer o trabalho da rememoração, principalmente dos velhos, algo que é capaz de retornar algum valor para essa população que se encontra sempre negligenciada.

A importância da memória coletiva na vivência dos sujeitos com Doença de Alzheimer

O fenômeno da memória, de forma geral, está carregado de palavras tido como positivas: conservação, construção, produção coletiva/individual, potência de identificação, entre outras, enquanto que o esquecimento - visto como o oposto de memória - está tolhido de valor. Ivan Izquierdo (2018) coloca a necessidade da existência de um grau de esquecimento nos sujeitos para que possamos ter uma vida útil, o esquecimento se faz necessário na medida em que se precisa pensar sobre coisas novas, fazer generalizações ou desenvolver qualquer atividade cognitiva. De acordo com Izquierdo, é preciso esquecer para lembrar, pois *“É difícil conceber a criação sem esquecimento; o esquecimento diferencia a criação da clonagem”* (p. 103).

Ao considerar a vivência do sujeito com Alzheimer, o fenômeno do esquecimento é o mais presente, não pelo esquecimento em sua forma pura, mas pela perda do acesso à memória individual. Se é difícil conceber a criação sem esquecimento, qual criação o esquecimento produz? Qual a produção de um sujeito que perdeu o acesso à sua memória individual devido a doença de Alzheimer?

As questões são complexas, mas o conceito de memória coletiva, inserido na experiência dos sujeitos com Alzheimer, pode ousar respondê-las. Na medida em que a memória individual falha, a memória coletiva vem para firmar o sujeito em sua singularidade e marcar como as memórias estão no entorno e não apenas nos sujeitos. A construção social da memória possibilita que esse esquecimento individual não afete a vida do sujeito por completo. A lembrança coletiva sobre os eventos e histórias daquele que já não se lembra mais contribuem para que os impactos da perda da memória sejam diminuídos.

Além de constitutiva do sujeito e das identidades coletivas, a memória tem função de sobrevivência, ela se faz fundamental na medida em que situações de perigo ou de atentado à vida são lembradas, e, portanto, não repetidas. Nessa perspectiva, percebe-se como não é à toa que o sujeito com Doença de Alzheimer viva um ciclo de vício e repetição, há aspectos neurocognitivos nestes processos, mas há também a perda desta função de sobrevivência.

Mesmo impotentes em várias das suas capacidades cognitivas, funcionais e produtivas, os sujeitos com Doença de Alzheimer não estão desapropriados em sua subjetividade, não apenas pelo fato dos sujeitos não se constituírem apenas de presente, mas pelo fato de que a subjetividade é construída por uma memória que não é apenas individual.

Ivan Izquierdo, em seus estudos e construções sobre memória aponta *“Memória é nosso senso histórico e nosso senso de identidade pessoal (sou quem sou porque me lembro quem sou)”* (2018, p. 89). Ao pensarmos na memória coletiva e sua

possibilidade de produzir mundos, narrativas e identidades grupais, é possível parafrasear Izquierdo e dizer que “sou quem sou, porque me lembro quem sou, mas também porque se lembram por mim”.

Considerar o outro como parte de nossa constituição não é algo novo, a Psicologia tem pensado sobre isso há anos, o que se mostra inédito é a potência que o outro pode ter na vida do sujeito com Alzheimer, sendo este outro não apenas um agente de cuidado, mas sim um agente produtor de memória, e, portanto, subjetividade.

Um aspecto importante sobre a produção da memória coletiva é a narrativa da mesma, as histórias de vida narradas. A memória conserva o passado através das imagens ou representações que podem ser evocadas, e esta evocação passa imperiosamente pela construção de narrativas. Independente da construção da narrativa de memória ser individual ou coletiva, as histórias narradas possibilitam que a vida, o amor, as perdas, os ganhos e as experiências sejam preservadas nas palavras e discursos coletivos.

As informações e lembranças a respeito de um indivíduo que começam a ser construídas e acumuladas desde o período intrauterino, possibilitam a constituição de uma identidade e de uma continuidade do sujeito. Essas lembranças são e serão sempre individuais e coletivas.

É importante perceber como a construção e repetição das narrativas sobre os indivíduos, que são perpetuadas nos discursos, não buscam a recuperação de um passado tal como foi vivido, mas possibilitam algum tipo de resgate deste por meio de uma interpretação. Dessa forma, há perdas neste processo. A produção de memórias não é infalível, e o sujeito que se constitui como sujeito pelas memórias coletivas não será o mesmo que era, mas algo há de ficar e, mesmo com perdas, essa produção é de grande valor.

As memórias compartilhadas constituem sujeitos e permitem um sentido de pertencimento e de continuidade da vida humana. Ao lembrarmos e contarmos as histórias, as nossas experiências, desejos e necessidades ficam registradas. Atestar isso demonstra a importância expressiva de que as histórias de vida dos sujeitos que vivem com Alzheimer sejam lembradas e compartilhadas. A pessoa com a doença talvez não seja capaz de lembrar quem foi, o que fez, o que gosta e o que não gosta, mas tendo em vista que as pessoas ao redor podem emprestar das próprias vozes para contar essas histórias por eles, esses desejos e vivências continuam a existir.

Em sua tese de doutorado, a psicóloga Katia Saraiva (2020) discorre sobre a força das narrativas na construção do sujeito. Segundo a autora, a elaboração das histórias sobre si, as autobiografias, desempenham um papel essencial na construção e na reconstrução de si mesmo. As narrativas de vida, principalmente entre diferentes gerações, podem configurar a construção de um processo de relações intergeracionais. O passado e o presente se encontram através das narrativas coletivas compartilhadas.

Dessa maneira, é possível identificar a relevância da memória coletiva na vivência do sujeito que sofre com Doença de Alzheimer. O movimento de produção e partilha das memórias traz a possibilidade daquele sujeito que não sabe mais quem é, ainda existir

dentro de um grupo. Além disso, alivia e dá significação ao sofrimento dos familiares e cuidadores. As mudanças comportamentais e psíquicas vividas por aquele que sofre com Alzheimer têm impactos sociais significativos, poder pensar em uma construção coletiva que valoriza o sujeito e o papel de cada um nesse processo é importante, e merece o investimento, principalmente da Psicologia.

Compreender a memória coletiva como recurso essencial para a continuidade dos sujeitos, das histórias e da experiência nos traz a perspectiva de que a memória não está nos sujeitos, mas fora deles, no ambiente, nas narrativas coletivas.

Por fim, algo que se faz imprescindível é pensar em estratégias que viabilizem a terapêutica da valorização da memória coletiva no tratamento de pessoas com Alzheimer. Incentivar, produzir e compartilhar memórias acerca daquele que já se esqueceu tem uma potência terapêutica tanto para quem cuida quanto para aquele que ainda se encontra ali, apesar da perda da memória. Elas podem fazer com que aquele sujeito que está em um processo neurológico degenerativo ainda possa se lembrar de sua história pela narrativa das pessoas ao redor, de forma que o ambiente possa contribuir para a manutenção da subjetividade. Com isso, se mostra essencial que a psicologia possa continuar a pensar em estratégias alternativas no tratamento das pessoas com Alzheimer já que a medicina e a farmacêutica já têm se ocupado disso há tanto tempo.

Referências

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

GONCALVES, Endy-Ara Gouvea; CARMO, João dos Santos. Diagnóstico da doença de Alzheimer na população brasileira: um levantamento bibliográfico. *Rev. Psicol. Saúde, Campo Grande*, v. 4, n. 2, p. 170-176, dez. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2012000200010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 jun. 2021.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: *La mémoire collective*.

IZQUIERDO, Ivan. Memórias. *Estudos Avançados* [online]. 1989, v. 3, n. 6 [Acessado 12 Maio 2022], pp. 89-112. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40141989000200006>>. Epub 22 Mar 2006. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141989000200006>.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. *Revisitando o conceito de eu em Freud: da identidade à alteridade*. 2009. 15 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Uerj, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v9n1/artigos/pdf/v9n1a18.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2021.

OLIVEIRA, Janderson Carneiro de; BERTONI, Luci Mara. Memória coletiva e teoria das representações sociais: confluências teórico-conceituais. *Gerais, Rev. Interinst. Psicol.*, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 244-262, dez. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-

82202019000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 nov. 2021.
<http://dx.doi.org/10.36298/gerais2019120205>.

SARAIVA, Kátia Maria Pacheco. Tempos de tessituras intergeracionais: uma reflexão sobre o projeto de extensão "Sacudindo a Memória". 2020. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 set. 2021.

STENNER, Andréia da Silva. A identificação e a constituição do sujeito. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 24, n. 2, p. 54-59, jun. 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000200007&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 20 maio 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION 2021. Global Report on Ageism. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dspd/wpcontent/uploads/sites/22/2021/03/9789240016866-eng.pdf>. Acesso em 28 de abril.2021.

Data de recebimento: 24/06/2022; Data de aceite: 24/06/2022

Nina Cozzolino – Graduanda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Este artigo é um recorte de seu Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao final do primeiro semestre de 2022. E-mail: ninaicozzolino@gmail.com